


FOLHA DE SÃO PAULO
- 9 JUN 1986

ANC - CPEC
X

Comissão Constitucional discute 'Ordem Social'

Da Sucursal do Rio
9 JUN 1986

CONSTITUENTES



A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais reúne-se a partir de hoje no Hotel Glória, zona sul carioca, para definir as propostas do capítulo "Ordem Social", para inclusão no anteprojeto de Constituição. Até quarta-feira, a Comissão deve discutir e votar alguns temas polêmicos, como o direito a salário real; jornada de trabalho de quarenta horas semanais; estabilidade no emprego e fundo de garantia por tempo de serviço; livre associação

sindical; greve sem restrições; controle de natalidade e aborto

Antes das plenárias, a Comissão se dividiu em dez comitês temáticos, cada um relativo a um dos capítulos do anteprojeto constitucional. No comitê que tratou da "Ordem Social", foram muitas as discussões: a redução da jornada de trabalho de 48 para quarenta horas semanais, por exemplo, foi aprovada sob protesto de alguns empresários que integravam o grupo, como Antônio Ermírio de Moraes e Sérgio Quintella. A discussão voltará nas plenárias que começam hoje: Quintella e o jurista Miguel Reale apresentaram emendas ao texto do comitê defendendo a

manutenção da jornada de 48 horas.

Em outro tema polêmico, o texto do comitê diz apenas: "é reconhecido o direito de greve". Reale, Quintella e o jurista Gilberto de Ulhoa Canto apresentaram emendas restringindo este direito às atividades que não são essenciais, "conforme definidas em lei". A proposta do comitê deve ser defendida por representantes de entidades trabalhistas que integram a Comissão, como o diretor do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese), Walter Barelli, 46, e o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva.